

O debate sobre o(s) conceito(s) de raça na formação do professor de Ensino Fundamental

Ricardo Luiz da Silva Fernandes

Mestre em educação pela Programa de Pós-graduação em educação da UNIRIO, Professor de ensino fundamental da Secretaria Municipal de educação da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Resumo: O artigo começa com uma análise histórica do racismo na sociedade ocidental. Para em seguida, debater sobre as diferentes interpretações realizadas sobre o conceito raça. Deixando sempre presente ao longo do texto uma análise das realidades locais das escolas públicas e um diálogo do tema com o campo de formação dos professores da rede pública de ensino. Abrindo nas considerações finais um espaço para a construção de iniciativas educacionais que sejam fundadas na particularidade de cada comunidade escolar e numa educação em prol da diversidade. Justificando assim, sua escrita, como uma contextualização do tema e a aplicabilidade numa rotina educacional inclusiva, popular e emancipatória.

Palavras-chave: Raça, Educação Popular, Formação de Professores e etnicidade.

Abstract: The article begins with a historical analysis of racism in Western society. To then discuss the different interpretations made about the concept race. Leaving always present in the text an analysis of local realities of public schools and a theme of dialogue with the training field of teachers of public schools. Opening in the final considerations a space for the construction of educational initiatives that are based on the particularity of each school community and in education for diversity. Justifying thus your writing, as the contextualization and the applicability of an inclusive educational routine, popular and emancipatory.

O presente artigo faz um debate sobre os conceitos de Raça, propondo uma reflexão sobre as diferentes teorias na formação do professor de ensino fundamental. Justificado pela necessidade de localizar a construção social e étnica da população brasileira, nos momentos em que esse assunto, surgiu como tópico nas aulas de humanidades e ciências naturais.

Durante toda minha trajetória de pedagogo, em instituições do terceiro setor e na militância social, construí um vínculo com as comunidades populares. Na graduação estudei as comunidades quilombolas, sendo esse o tema de minha monografia. E no mestrado em educação, desenvolvi um estudo sobre os educadores sociais em comunidades populares.

No ano de 2012 ingressei na carreira pública do magistério, na rede do Município do Rio de Janeiro (SME). Fazendo parte do primeiro grupo de professores com regime de trabalho de 40 horas. Fui lotado, obrigatoriamente, numa Escola do Amanhã localizada no bairro do Catumbi.

Essa escola está imersa em quatro comunidades da cidade do Rio de Janeiro (Fogueteiro, Fallet, Coroa e Mineira) e as turmas são compostas por alunos de todas elas. Esse universo é repleto de cultura afro-brasileira, mas não percebia a inserção desse debate em sala de aula.

O fato de ser o único professor negro da escola é algo notável. No começo senti um pouco de desconforto com essa situação e busquei encontrar um caminho para inserir os debates sobre educação racial na escola. Nesse processo, descobri que seria interessante entender as dimensões do racismo vivenciado pelos alunos, para em seguida, propor uma intervenção contextualizada em suas vidas.

Todo conjunto teórico organizado em meus estudos precisavam de um significado, e as experiências foram a cada passo dando oportunidade de apresentar em intervenções pedagógicas. A demanda do grupo trouxe uma segurança para contextualizar o racismo na formação política e social do Brasil. Nas aulas de ciências, surgiam questionamentos ligados à aparência e pude fazer atividades de imersões nos debates sobre políticas de embranquecer a população.

Muito do que foi organizado aqui nesse artigo foi material construído em pesquisas voltadas aos espaços de sala de aula. O debate acadêmico foi uma reflexão cíclica do universo social que estou inserido e, sobretudo, na minha atuação enquanto professor. Desejo apresentar uma teia de conceitos, de reflexões, para que a discussão sobre raça em nossas escolas seja potencializada.

A proposta de estabelecer uma construção textual sobre “racismo” depende de uma conexão do mesmo com a história da humanidade e nas (re)significações dos sentidos estabelecidas nas relações sociais. Todo o conjunto social, de forma diferente, em cada fase da humanidade, vivenciou uma experiência de categorização dos ritos sociais. Criando uma escala fundada na comparação entre superiores e inferiores, em grande parte centrada na “raça”.

Numa frequente luta para manutenção do status e reprodução do poder surge também o medo da inversão social. E é por isso que, Kauth (2004, p.46) “em qualquer rede social que está presente o racismo como uma forma de discriminação e exclusão dos ‘outros’ é um denominador comum: o medo”.

O medo é a chave da segregação, no primeiro lugar, a igualdade étnica poderia gerar a dominação dos “inferiores” pelos “superiores”. A ordem social estabelecida pela maioria deveria, junto das ferramentas religiosas, políticas e pedagógicas, manter a estrutura de segmentação étnica. Tal afirmação poderia sintetizar a dinâmica social do racismo na humanidade? Socialmente repetimos essa receita na fundamentação dos preconceitos raciais?

Não devemos negar a existência desse sistema segregatório, é nele que está presente a coerência construída para separar os brancos dos negros. Isso pode ser percebido numa análise dos espaços sociais de nossa sociedade. E o dever do professor é colocar esse sistema em dúvida, para que seus alunos possam ter autonomia de inverter as regras e ocupar espaços antes classificados como proibidos.

O que precisamos pensar enquanto professor é: O jogo de dominação racial é justificado na dicotomia superior/inferior. Uma série de atividades pode ser iniciada com esse tema: começando com uma análise do tecido social que estamos inseridos e que, em diversos momentos, podemos ocupar diferentes papéis nesse jogo de dominação.

Para que os educandos não reproduzam os mecanismos de segregação em seu cotidiano, podendo ocupar a sociedade com a clareza de que suas intervenções podem ser importantes para a inclusão social e política de outros. Levando em conta que o termo “raça” é uma categoria social e “isto significa que as noções de diferença racial são criações humanas e não eternas” (Kauth, 2004, p.46). Por isso, a reflexão acima é importante, para observamos que no tecido social, a racialização das relações humanas, e que ela pode ser elaborada de maneiras diferentes.

Mas que, em sua ação cotidiana e sistemática: “produz efeitos reais sobre os atores racializados como ‘negro’ ou ‘branco’” (Kauth, 2004, p.46). São esses efeitos que devem ser debatidos em sala de aula. Precisamos enxergar nas relações educacionais, os momentos que naturalizados a dualidade, superar e ir além das construções sociais que entram no ciclo constante de qualificar-desqualificar-excluir o outro por uma distinção racial.

Vale dizer ainda, que nossas escolas experimentam uma pulverização da racialização, que atinge aos moradores de outros estados, sobretudo, da região nordeste, e ainda, classificações sociais de graduação racial dentro das comunidades populares.

De acordo com Bowling, B e C. Phillips (2002, p.12) o conceito de racismo é originário da filosofia do iluminismo europeu. Tendo como escritores Hume, Kant e Hegel, o termo “raça” está intimamente ligado ao conceito de “razão”, pois “a ‘razão’ historicamente só poderia vir da maturidade presente na Europa moderna”.

As transformações sociais inerentes do iluminismo eram uma dádiva européia, os que estavam fora desse grupo étnico não conseguiriam compreender e acompanhar as evoluções trazidas pelos mesmos. Desse modo, “razão’ e ‘civilização’ tornaram-se quase sinônimo de pessoas ‘brancas’ do norte da Europa, enquanto a ‘irracionalidade’ e selvageria ‘estava localizado entre os’ não-brancos de fora do continente” Bowling, B e C. Phillips (2002, p.12).

Podemos notar uma forte centralização do conhecimento, onde só poderia existir como legítimo e racional um único modo de conceber o mundo. Como podemos ver, o conceito de civilização foi gerado sobre a sobreposição de raças, e ainda hoje serve, como um fator de enraizamento das diferenças entre povos.

Até que ponto, essa visão racional de classificar as pessoas foi inserida em nossa sociedade? Fazemos hoje a distinção racial das pessoas de acordo com sua formação e conhecimento? Tal resposta não cabe aqui, a provocação causada pela pergunta, deve ser transformada em ação de superação da delimitação racial/social das pessoas pelo seu grau de conhecimento.

E, essa resposta deve ser refeita nas intervenções educativas, para que os jovens de comunidades populares sejam sujeitos ativos na construção de múltiplas razões. Tirar o foco das questões padronizadas e apresentadas como oficial, reforçando o valor das produções culturais, intelectuais e políticas das periferias.

Os jovens precisam ser compreendidos, seja enquanto educandos, ou educadores, para além das questões sociais, pois sua importância dentro da dimensão política vai muito além das crises inerentes à “pobreza” ou às “vulnerabilidades”. Para a educação social, é necessário romper com o ciclo de fortalecimento das marginalidades, produzindo um olhar plural sobre as trocas sociais estabelecidas cotidianamente com esses jovens.

No caso de cidades como o Rio de Janeiro falar do conceito de exclusão no é falar ao mesmo, no campo das favelas. O que vemos é a “aceitação” da existência de diferenças agudas entre as camadas sociais, com poucas possibilidades de mudanças. Mas nosso questionamento é: se os lugares sociais são fixos, de que maneira podem se legitimar a ação de educadores de comunidades populares? Se sua proposta é a transformação, como apresentar uma realidade onde a transformação é tão difícil?

O conhecimento justificando os (pré)conceitos raciais

O que vimos nessa primeira parte do texto, foi uma justificativa fundada em obtenção de conhecimento, capacidade de leitura do conhecimento dito como oficial, que fez parte da história do racismo na humanidade. O conhecimento está a disposição de grande parcela da população, e propõe um novo desafio: A compreensão dos conteúdos que estão livremente abertos a todos e, além disso, as interpretações que uma leitura podem gerar:

A palavra é o signo ideológico por excelência; ela registra as menores variações das relações sociais, mas isso não vale

somente para os sistemas ideológicos constituídos, já que a “ideologia do cotidiano”, que se exprime na vida corrente, é o cadinho onde se formam e se renovam as ideologias constituídas (BAKHTIM, 2006, p.9).

O que acaba determinando padrões de classificação que não passam pela avaliação dos atores ou dos seus espaços de interação. Uma educação que pretende superar os racismo deve entender as produções ideológicas do cotidiano.

Podemos dizer que a raça em si é um conceito que possui uma construção histórica, com uma ideologia definida e instituída, mas que dentro das interações nos espaços sociais assumem novas significações. O que constrói um sistema organizado de exclusão e restrições.

A versão abreviada do mundo foi tornada possível por uma concepção do tempo presente que o reduz a um instante fugaz entre o que já não é o que ainda não é. Com isto, o que é considerado contemporâneo é uma parte extremamente reduzida do simultâneo. O olhar que vê uma pessoa cultivar a terra com uma enxada não consegue ver nela senão o camponês pré-moderno (SANTOS, 2002, p.131).

Não vivemos uma coexistência positiva, o que ocorre é a polarização onde se manifesta a pressão para que tomemos uma direção. Nessa confusão podemos negar a diversidade e afirmar confrontos sociais. Para isso, a escola deve ser um ponto de acolhida e legitimação da diversidade.

O desafio do professor, de acordo com a leitura de Santos (2002) é traduzir os diferentes tempos inerentes em nossas sociedades, valorizando por exemplo, o migrante de outros estados que trazem para nossa comunidade sua cultura e tradição, os saberes da cultura afro-brasileira, que formam nossa identidade, e todas as outras manifestações culturais que percebem o mundo de uma maneira diferente.

Historicamente a sociedade brasileira foi formulada por meio de intercâmbios culturais. Não podemos definir a cultura brasileira como única e com rituais definidos para todos, territórios e população.

Na Declaração Universal sobre a diversidade cultural, a Unesco diz que:

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras (UNESCO, 2002, p.19).

Qual o motivo de frisar os intercâmbios culturais inerentes a negritude, a cultura tradicional e popular? Acima de tudo, em tornar claro os benefícios que essa reflexão insere em nossa sociedade. Uma inclusão efetiva e sem

diferenciação, distante de calendários comemorativos, mas que tornam a vida das pessoas fundamentais para nossa sociedade.

É necessário então, propor uma educação intercultural que fomente a valorização dos saberes do “outro” e do que é construído no cotidiano, independente da origem étnica. Pois, “o trabalho intercultural pretende contribuir para superar tanto a atitude de medo quanto a de indiferente tolerância ante o “outro”, construindo uma disponibilidade para a leitura positiva da pluralidade social e cultural” (Fleuri, 2003, p.17).

Considerações Finais

Devemos perceber que o “racismo” não pode ser definido como uma única corrente teórica, mas que, resulta da “confusão” de uma série de teorias que irá contribuir na construção do preconceito. Esse breve artigo, demonstrou aqui os diferentes mecanismos ideológicos de afirmação do preconceito. Sabemos que atualmente, nossas escolas são espaços de uma diversidade cultural, e que os alunos da rede pública de ensino, vivem em seu cotidiano as múltiplas formas de segregação. Nós professores, devemos debater e construir coletivamente respostas para a segregação.

Longe de uma formação ideológica, mas na tentativa de um acolhimento. Ouvir, refletir, debater, produzir, faz com que as marcas do racismo em nossa sociedade sejam superadas, e torna o assunto menos sofrível a nossa juventude.

O sofrimento deve ser substituído por ação, que cabe unicamente numa educação plural. De acordo com a Unesco (2002, p.19) a cultura possui diferentes formas, que mudam frequentemente e devem guiar a formação educativa da juventude.

De acordo com Santos (2007) precisamos formular um pensamento que supere a “linha abissal” que divide o mundo dos conhecimentos:

A modernidade ocidental, em vez de significar o abandono do estado de natureza e a passagem à sociedade civil, significa a coexistência de sociedade civil e estado de natureza separados por uma linha abissal com base na qual o olhar hegemônico, localizado na sociedade civil, deixa de ver e declara efetivamente como não-existente o estado de natureza (Santos, 2007, p.74).

As ações educativas na rede pública devem ser pautadas pela integração dos conhecimentos, e superar o “olhar hegemônico” (Santos, 2007, p.74). Para isso, os professores precisam ler as diferentes manifestações culturais presentes no micro-espaço escolar, fomentar diálogos, diagnosticar pontos de conflito e mediar. Para que a cultura local seja incluída em sala de aula, estudada e legitimada como um conhecimento que é inerente à formação educativa dos alunos.

O professor precisa ainda, ignorar as razões históricas de segregação. E a educação em prol da diversidade, pode superar tais conceitos e fundar outros que atendam diretamente a vida das comunidades populares da cidade do Rio de Janeiro. Trazendo para a cena, diferentes agentes públicos, para que o

cenário local possa vivenciar um olhar aprofundado sobre a ampla rede de conhecimentos que é participante da formação cultural da comunidade escolar.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9.º ed. São Paulo: Hucitec, 2006;

BOWLING, Benjamin; PHILLIPS, Coretta. *Racism, crime and justice*. Harlow: Longman, 2002;

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES/MINC. *Declaração e plano de ação da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC, 2002;

FREITAS, L.C. et al. **Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas**. In: GERALDI, C.G.; RIOLFI, C.R.; GARCIA, M.F. *Escola viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social*. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

FOUCAULT. *A ordem do discurso*. Paris: Gallimard, 1971;

KAUTH, Ángel. *Racismo y miedo*. Yucatàn: Revista de la Universidad autónoma de Yucatán, 2004;

MINAYO, M.C.de S. (Org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

SANTOS, Boaventura. *Para além do pensamento abissal*. São Paulo: Novos Estudos, 2007;

SANTOS, Boaventura. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, 2002;

UNESCO. *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural*. UNESCO, 2002.